

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90021/2024

Objeto: Fornecimento, transporte, carga e descarga de motoniveladoras, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, CNPJ nº 11.260.925/0003-50, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que inabilitou sua proposta, para o item 03, do Edital 90021/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90021/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é o Fornecimento, transporte, carga e descarga de motoniveladoras, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

A proposta da empresa para o item 03, foi inabilitada considerando o ACÓRDÃO Nº 1997/2024 – TCU – Plenário, o qual declara a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal.

Tempestivamente, a empresa LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

De maneira também tempestiva, a empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, CNPJ 14.707.364/0001-10, apresentou sua contrarrazão.

RECURSO, CONTRARRAZÃO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para o referido item, em suma, a recorrente dispõe acerca de alegada arbitrariedade e ilegalidade da inabilitação e alegado cerceamento ao direito de defesa.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à alegação de cerceamento ao direito de defesa:

Em seu recurso, a empresa LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA alega que:

“ Além do flagrante ilegalidade na aplicação da inabilitação, destaca-se que a LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. Foi prejudicada pelo cerceamento ao direito de defesa, pois a empresa não teve a oportunidade adequada de se manifestar sobre os argumentos utilizados para justificar sua inabilitação. A comunicação via chat foi interrompida abruptamente, impedindo que a empresa apresentasse seus devidos esclarecimentos e documentos comprobatórios.”

Já em sua contrarrazão, a empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA expõe que:

“ Contudo, Sr. Pregoeiro, não há que se falar em cerceamento de defesa diante do direito das empresas licitantes apresentarem os seus recursos contra as decisões proferidas neste certame, o que fora seguido pela empresa Recorrente, com a apresentação do seu recurso, no prazo legal estabelecido.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Considerando a alegação de cerceamento de defesa exposta pela licitante devido ao encerramento do chat, o que aconteceu de maneira automática pelo sistema, cumpre salientar que a empresa LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA apresentou intenção de recurso, contra a sua inabilitação em momento próprio da sessão pública do Pregão, impetrando, posteriormente recurso administrativo, portanto, não houve em nenhum momento cerceamento de sua defesa.

Então o instrumento convocatório dispõe sobre o momento apropriado para apresentação de recurso, o que, por óbvio, foi utilizado pela empresa, considerando o recurso o qual está sendo analisado no presente momento. Abaixo, segue trecho do Edital nº 90018/2024.

“5.3.3. O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, através do sistema, após o término de cada sessão (julgamento da proposta ou da habilitação), a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

(...)

5.3.6. O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente”

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**, visto que não houve cerceamento ao direito de defesa, seguindo-se o previsto no instrumento convocatório.

II – Quanto à alegação de arbitrariedade e ilegalidade da inabilitação:

Em seu recurso, a empresa LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA alega que:

“A decisão do pregoeiro que inabilitou a LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. é flagrantemente ilegal e contrária aos princípios constitucionais, uma vez que se fundamenta em um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que não transitou em julgado. A referida decisão é baseada no Acórdão nº 1997/2024 – TCU – Plenário, que está sujeito a recurso, conforme o Regimento Interno do TCU, com efeito suspensivo automático”

Já em sua contrarrazão, a empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA expõe que:

“12. Importante ressaltar que a afirmação de aplicação do efeito suspensivo automático declarada pela empresa Recorrente deveria estar acompanhada do efetivo protocolo do recurso interposto por ela contra a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, comprovando, assim, a sua alegação. O que claramente não ocorreu no presente caso, inclusive pela sua afirmação de que o Acórdão “está sujeito a recurso”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

No que tange à alegação de arbitrariedade e ilegalidade da inabilitação da empresa LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, ressalta-se que, ao ter conhecimento do conteúdo do ACÓRDÃO Nº 1997/2024 – TCU – Plenário, o qual o declara a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, foi registrada pelo Pregoeiro a desclassificação/inabilitação da proposta da empresa para o item 3, do Edital nº 90018/2024.

Esclareço, que paralelamente ao pregão 90021-2024, a recorrente participava, na Codevasf, no pregão 90018- 2024. A recorrente enviou e-mail, o contestando também a sua desclassificação no pregão 90018 – 2024. Ato contínuo, o Pregoeiro do pregão 90018 - 2024 solicitou manifestação da Assessoria Jurídica da Codevasf, dada a relevância do tema e visando a correção do julgamento do certame, indagando se o procedimento de desclassificação/inabilitação da proposta da empresa para os referidos itens estaria correto, considerando as alegações da Licitante de que “tal decisão em questão não transitou em julgado e é plenamente passível de recurso, o que ocorrerá, inclusive com efeito suspensivo automático garantido pelo Regimento Interno do próprio Tribunal de Contas da União.”.

Em resposta à solicitação, a Assessoria Jurídica da Codevasf emitiu o PARECER JURÍDICO PR/AJ/LSL 877/2024, do qual se destacam os trechos a seguir:

“15. No que se refere ao alegado pela licitante, de que a “questão NÃO TRANSITOU EM JULGADO e é plenamente passível de recurso, o que ocorrerá, inclusive com efeito suspensivo automático garantido pelo Regimento Interno do próprio Tribunal de Contas da União”, informamos que, nos termos do item 9.5 do Acórdão 1997-TCU-Plenário,

uma vez tomada a decisão por aquele Colegiado, rejeitando a defesa apresentada pela representada, devem os autos do processo TC 000.157/2024-4 serem arquivados, com fundamento no art. 169, II, do Regimento Interno do TCU4.

16. Neste sentido, inclusive, consta do processo TC 000.157/2024-4 ofício daquele Tribunal de Contas dirigido à penalizada (peça 49) com a notificação da decisão, assim como ofício da penalizada (peça 52) manifestando ciência acerca da decisão proferida.

17. Dessa forma, s.m.j., e tendo em vista que da decisão proferida no âmbito do Acórdão 1997-TCU-Plenário não cabe mais defesa/recurso, deve a decisão proferida pelo TCU ser integralmente aplicada no âmbito desta Companhia, nos termos dos argumentos já expostos acima, de modo que a inabilitação da licitante, no presente caso, é medida de estrito cumprimento legal.

III. CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, opina-se pela imediata aplicação, no âmbito da CODEVASF, do conteúdo do Acórdão 1997/2024-TCU-Plenário (peça 82), o qual declara a inidoneidade da empresa LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992.”

Sendo assim, considerando o conhecimento do Acórdão e a manifestação da Assessoria Jurídica da Codevasf por meio do PARECER JURÍDICO PR/AJ/LSL 877/2024 (128), já há motivação suficiente indicando que não há que se falar em arbitrariedade e ilegalidade da inabilitação da empresa.

Entretanto, no momento de julgamento do presente recurso, foi dada ciência ao Pregoeiro da Decisão de concessão pelo Tribunal de Contas da União de Efeito Suspensivo aos subitens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 1997/2024 – TCU – Plenário. Vale salientar que quando um efeito suspensivo é concedido a uma decisão, isso implica que os efeitos do que foi decidido são temporariamente suspensos até que seu mérito seja analisado de forma definitiva.

Sendo assim, considerando a concessão de efeito suspensivo pelo TCU aos efeitos da decisão que resultou na inabilitação da empresa no presente certame, resta suspensa a aplicação da referida penalidade. Tal suspensão acarreta a procedência do recurso, pois, enquanto perdurar o efeito suspensivo, não há fundamento para a manutenção da inabilitação da empresa, o que requer o seu retorno à etapa de seleção de fornecedores no presente certame. Dessa forma, resta assegurado o direito da empresa de continuar participando do processo licitatório, em conformidade com o princípio da ampla concorrência, até que a matéria seja definitivamente analisada.

Adicionalmente, verifica-se que os registros da penalidade não constam, no momento de julgamento deste recurso, nos sistemas públicos de consulta, como o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o que corrobora com a concessão do efeito suspensivo. Embora a penalidade tenha sido inicialmente registrada no SICAF, tal informação foi posteriormente retirada em razão da decisão que suspendeu os efeitos do Acórdão nº 1997/2024 – TCU – Plenário, evidenciando a suspensão dos efeitos da sanção imposta e reforçando a validade do efeito suspensivo. Assim, a ausência de registros da penalidade nos sistemas oficiais reforça a suspensão dos efeitos da

declaração de inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., corroborando com a procedência do recurso e o retorno da empresa à etapa de seleção de fornecedores no certame.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **PROCEDENTE**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e analisados os aspectos alegados pela recorrente, ainda que o primeiro aspecto alegado pela empresa deva ser considerado IMPROCEDENTE, considerando que o segundo aspecto alegado pela empresa foi considerado PROCEDENTE, considera-se **PROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, CNPJ nº 11.260.925/0003-50, sendo revertida a decisão de inabilitação de sua proposta para os item 03 do Edital 9021/2024, devendo ocorrer a volta de fase no certame à etapa de seleção de fornecedores no certame.

Brasília/DF, 08 de novembro de 2024.

CLAUDIO AZEVEDO FLORENCIO
Pregoeiro